

# Oficial morto há 62 anos se recusou a bombardear Porto Alegre e foi primeiro militar vítima da Ditadura

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 6 de abril de 2026



A versão oficial, divulgada pelos órgãos de repressão, sustentava que Alfeu havia sido morto em legítima defesa. Segundo o Inquérito Policial Militar (IPM) da época, ele teria ferido com dois tiros o interventor major-brigadeiro Nelson Lavanère Wanderley e por isso foi alvejado e morto.

O autor do disparo fatal, o tenente-coronel Roberto Hipólito da Costa, foi absolvido. Ele era sobrinho do marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o primeiro presidente do regime militar. No entanto, documentos e testemunhos contaram uma história diferente: a de uma execução a sangue frio.

O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, do Comitê Brasileiro pela Anistia, revelou que Alfeu foi morto com “uma rajada de metralhadora pelas costas”. O auto de necropsia confirmou a existência de 16 projéteis em seu corpo.

“Foi uma execução, não tem outra definição. O número de tiros, as circunstâncias, o ângulo, os próprios laudos que depois de anos foram atestados comprovam isso”, afirma o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, no

dia da morte o brigadeiro Wanderley iria prender todos os militares considerados legalistas. Alfeu, que respondia pelo subcomando, já havia sido informado de que seria transferido para um curso no Rio de Janeiro, mas recebeu uma convocação para comparecer ao QG.

Durante a Campanha da Legalidade, em 1961, o militar atuou em defesa da posse constitucional do então vice-presidente João Goulart e esteve na linha de frente do movimento liderado pelo então governador Leonel Brizola e pelo general Machado Lopes, em Porto Alegre.

□ A Campanha da Legalidade foi uma mobilização política e militar em 1961, em Porto Alegre, para garantir o cumprimento da Constituição após a renúncia do presidente Jânio Quadros e assegurar a posse do vice-presidente eleito, João Goulart.

Testemunhos reunidos também apontam que Alfeu e militares alinhados à Legalidade impediram a decolagem de aviões que poderiam ser usados para bombardear o Palácio Piratini, no Centro da capital.

“O Alfeu tomou uma posição de que não decolariam. Ele era simpático ao Brizola, sem dúvida, mas ele era mais um sujeito que iria cumprir a Legalidade, a Constituição. Era um nacionalista e democrata empedernido. Não era um homem de esquerda e não tinha militância político-partidária”, esclarece Krischke.

## **Reviravolta no caso**

A luta da família e de movimentos de direitos humanos pela verdade durou décadas. Em 2014, o relatório final da comissão concluiu que Alfeu morreu “em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos”.

Anos depois, em uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal declarou oficialmente

que a morte de Alfeu foi um crime por “motivações político-ideológicas decorrentes do regime militar instaurado”.

A sentença determinou que a União retificasse os registros civis e militares do militar, incluindo na certidão de óbito a causa como “morte violenta” por “disparos de arma de fogo”, pondo um fim jurídico à versão da legítima defesa.

Em 2016, após aprovação de um projeto de lei, uma praça localizada junto ao viaduto da BR-116, no acesso a Canoas, foi batizada de Alfeu de Alcântara Monteiro. O espaço também recebeu um busto em homenagem ao militar falecido.

“Neste busto, que agora se inaugura em homenagem a tua memória, ninguém mais acorrentará os teus ideais de um país independente e soberano. Já não mais se atreverão a interromper teus sonhos de Justiça”, discursou o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos à época.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso  
06/04/2026/07:07:59

*O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:c*

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)

- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

*Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com).*

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 984046835](#)– (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)  
-Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)*

[Guia detalhado do slot Pesca Feliz para iniciantes](#)